



Indicadores sobre a pobreza

Dados Europeus e Nacionais

Atualização maio 2017

SUMÁRIO EXECUTIVO

Este documento reúne a última informação estatística a nível europeu e nacional, centrando-se nas problemáticas essenciais sobre as quais a EAPN Portugal intervém. Verifica-se uma ligeira melhoria em alguns indicadores nacionais em 2015: taxa de risco de pobreza e exclusão social, taxa de risco de pobreza, pobreza ancorada no tempo, taxa de privação material e privação material severa, taxa de intensidade laboral reduzida, taxa de desemprego e indicadores de desigualdade do rendimento. No entanto, para a população idosa a taxa de risco pobreza aumentou 1.3 pp.

Dos dados recolhidos ressalta (documento disponível na íntegra: www.eapn.pt):

Dados europeus

- Segundo os últimos dados do Eurostat em 2015, existiam na UE28 cerca de 118.823 milhões de pessoas em situação de pobreza e de exclusão social (23.7% do total da população). Em Portugal essa percentagem foi de 26.6%.
- São as mulheres que se encontram em maior risco de pobreza e exclusão social (24.4%), por comparação aos homens (23.0%).
- Em 2015 (UE28), 30.9% das pessoas com idades compreendidas entre os 16 e os 24 anos encontravam-se em maior risco de pobreza ou de exclusão social, logo seguidas pelo grupo das crianças, com idades até aos 16 anos, com 26.6%^e. O risco de pobreza e exclusão social para o grupo das pessoas com 55 ou mais anos foi de 20.7%.
- Em 2015, 17.3% da população da UE28 encontrava-se em risco de pobreza; 10.6% da população com idade entre os 0-59 anos vivia em agregados onde os adultos trabalhavam menos de 20% do seu potencial de trabalho total no ano anterior (baixa intensidade de trabalho). Em 2016, 7.8%^e da população da UE encontrava-se em condições de privação material severa, existindo um desagravamento face a 2015;
- Em 2016, a taxa de emprego para a população com idades entre os 20 e os 64 anos, subiu na UE para 71%. No caso dos homens a taxa de emprego foi de 76.8% e no caso das mulheres a taxa foi de 65.3%.
- Em Março de 2017 a taxa de desemprego para a Zona Euro (EA19) foi de 9.5%, para a UE28 foi de 8% e para Portugal de 9.8%.

- Houve uma diminuição do desemprego jovem entre Março de 2017 e o período homólogo. Em Março de 2017 a taxa de desemprego jovem foi de 17.2% para a UE28 e de 19.4% para a zona euro e de 23.3% para Portugal. Em Portugal o desemprego jovem diminuiu 7.8 pp.
- A taxa de trabalhadores pobres foi estimada em 9.5% em 2015 para a UE28 e para a Zona Euro.
- Segundo o Eurostat a taxa de jovens NEET para a UE28 foi em 2015 de 11.5%, para a Zona Euro (EA19) de 11.7% e para Portugal de 10.6%. Houve uma diminuição dos jovens NEET ao nível da média europeia e para Portugal ao longo dos últimos anos.
- Os estrangeiros, no entanto, encontram-se mais vulneráveis à pobreza ou exclusão social. Esta taxa, para a média da UE28, foi de 48% dos cidadãos estrangeiros de países terceiros, de 30% para os estrangeiros com cidadania de outros países da UE28 e de 22% para os cidadãos nacionais. Em Portugal, mais da metade dos estrangeiros de países terceiros estavam em situação de pobreza ou exclusão social (51%).
- Em 2015, 37.2% dos estrangeiros de países terceiros estavam em risco de pobreza na UE28, comparativamente a 15.6% dos nacionais. Em Portugal, a diferença entre a taxa de risco de pobreza dos cidadãos nacionais e dos cidadãos estrangeiros de países terceiros foi de 20.6 pp (38.7% para estrangeiros de países terceiros e 18.1% para nacionais).
- Na UE28, 19.8% dos trabalhadores estrangeiros estavam em risco de pobreza (8.7% para trabalhadores nacionais). Em Portugal, em 2015, 10.7% dos trabalhadores portugueses e 22.4% dos trabalhadores estrangeiros estavam em situação de risco de pobreza.
- A privação material dos cidadãos que não pertencem a UE28 entre os 20-64 anos, em 2015, foi significativamente maior (17.9%) do que a dos nacionais (7.9%). Portugal é o segundo país da UE28 com maior percentagem de estrangeiros de países terceiros que vivenciam privação material severa (29.8%).
- Durante o 4º trimestre de 2016, 207 000 requerentes de asilo solicitaram, pela primeira vez, proteção internacional nos Estados Membros da UE (menos 51% face ao período homólogo e menos 43% do que no 3º trimestre).

Dados nacionais

- No que diz respeito aos dados do INE, em 2015, 19.0% das pessoas estavam em risco de pobreza, valor que diminuiu ligeiramente relativamente ao ano anterior.

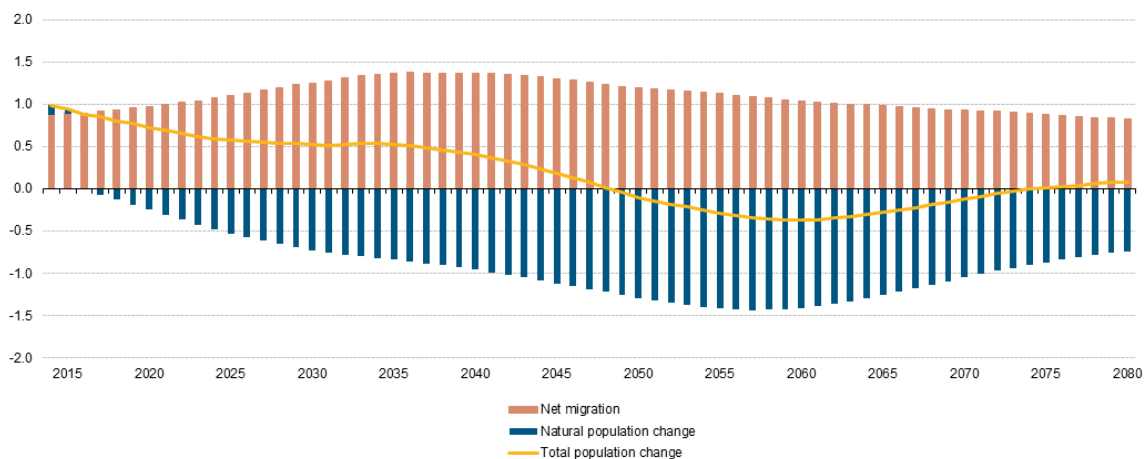
- Em 2015, a taxa de risco de pobreza para a população idosa foi de 18.3%, superior em 1.3 p.p. ao valor registado em 2014 (17.0%).
- Desde 2007, as crianças apresentam-se como o grupo etário com maior vulnerabilidade à pobreza e desde 2003 que a taxa de risco de pobreza junto das crianças permanece superior a 20%. Em 2015 registou 22.4%, verificando-se uma descida relativamente a 2014 (24.8%).
- Em 2015, 21.0% dos agregados familiares com crianças dependentes estavam em risco de pobreza, enquanto esta taxa era de 16.8% para agregados sem crianças dependentes.
- Em 2015, em Portugal, 10.9% dos trabalhadores encontravam-se em situação de vulnerabilidade à pobreza. É importante sublinhar que, em 2015, 42% dos desempregados e 31.2% dos “outros inativos” estavam em risco de pobreza. Relativamente à população reformada, assistiu-se a um novo aumento em 2015 para 16.0% (em 2014 foi 14.4%).
- Os resultados do INE indicam para 2015 uma taxa de intensidade de pobreza de 26.7%, tendo revelado uma descida relativamente a 2014 (29.0%).
- Segundo dados do INE, em 2015, 20% da população com maior rendimento recebia aproximadamente 5.9 vezes o rendimento dos 20% da população com o rendimento mais baixo.
- Em Portugal, em 2016, 19.5% da população encontrava-se em situação de privação material e 8.4% em situação de privação material severa.
- Em 2015, 9.1% das pessoas com menos de 60 anos encontravam-se em agregados familiares com uma intensidade laboral *per capita* muito reduzida. Este valor diminuiu face ao ano anterior (10.9%).
- Taxa de emprego (%) da população residente com idade entre 15 e mais anos era no 1º trimestre de 2017 de 52.6%. No conjunto da população empregada, 88.2% eram pessoas empregadas a tempo completo e 11.8% a tempo parcial.
- Segundo o destaque do INE a taxa de desemprego do 1º trimestre de 2017 situou-se em 10,1%. O desemprego jovem situou-se nos 25.1% e o desemprego de longa duração em 6.0%.
- No 1º trimestre de 2017 11.8% dos jovens com idades entre os 15 e os 34 anos não estavam empregados, nem a estudar, nem em formação (NEET).
- Em Portugal, em abril de 2017, existiam 96 034 famílias e 214 220 beneficiários com processamento de rendimento social de inserção (RSI); No mesmo mês 165 075 de pessoas beneficiavam do CSI.

INTRODUÇÃO

Apesar de se ter verificado um aumento, entre 2001 e 2015, no índice de fecundidade existente na UE, ainda estamos longe de garantir uma renovação de gerações. Se o número médio de filhos por mulher deveria ser 2.1 para garantir essa renovação, mesmo o país da UE (França) onde esse índice é mais elevado não consegue ainda atingir essa meta¹. Como tal, em 2015, pela primeira vez a UE teve um saldo natural negativo (menos cerca de 135 mil residentes), registando mais mortes do que nascimentos. Com uma diminuição da taxa de natalidade e o aumento da esperança de vida, a população da União Europeia está a envelhecer. Estima-se que esta alteração da pirâmide etária da população europeia terá um forte impacto nas condições de vida das populações nos seus mais diversos níveis ao longo das próximas décadas.

Apesar disso a população europeia aumentou em 2015, graças a um saldo migratório positivo que permitiu compensar o saldo natural da UE. Contudo, as projeções do Eurostat² para o período entre 2016 a 2080 não são animadoras e apontam para uma diminuição da população da UE, com um agravamento de uma evolução negativa do saldo natural até 2060. Assim, os fluxos migratórios terão um papel central na evolução da população europeia, permitindo diminuir o impacto de um saldo natural negativo e amenizar o envelhecimento da população uma vez que tradicionalmente os fluxos migratórios são compostos por pessoas em idade ativa.

Figura 1: Projeção da evolução da população entre 2014-80 na UE28 (milhões)



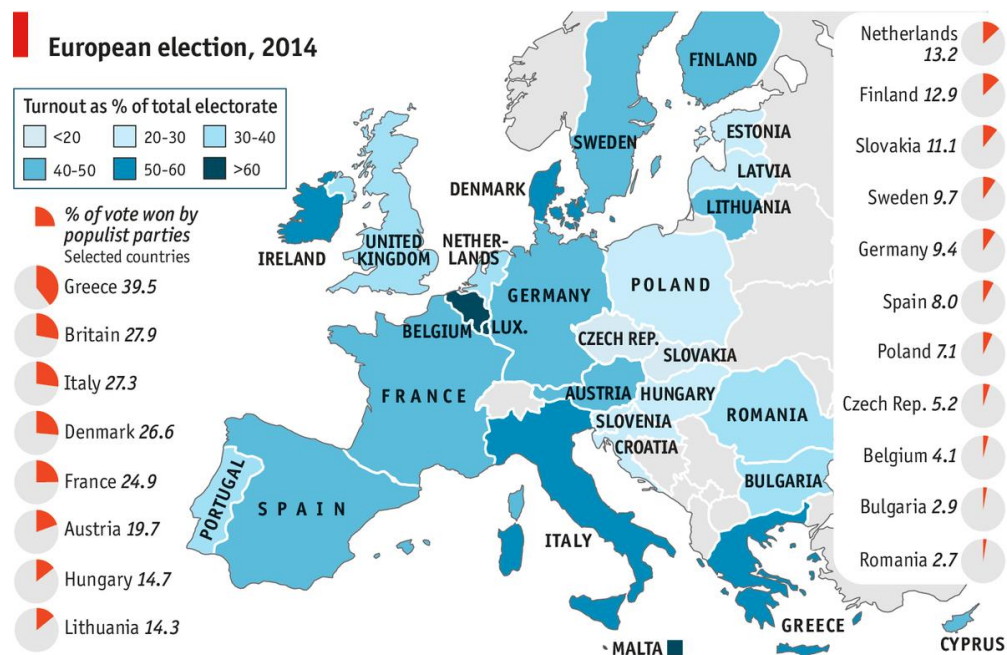
Source: Eurostat (online data code: proj_13ndbims)

¹ Na França o índice de fecundidade é de 1.96.

² Eurostat Statistics Explained, *People in the EU – population projections*, June 2015

No entanto, se a UE irá depender cada vez mais de fluxos migratórios para compensar o envelhecimento e a diminuição da sua população, nos últimos anos a Europa tem vindo a se confrontar com um aumento do apoio popular aos partidos nacionalistas e aos seus discursos anti-imigração. Nas eleições para o Parlamento Europeu, em 2014, houve um aumento da percentagem de votos nos partidos populistas, sendo que em alguns países foram esses partidos que obtiveram o maior número de votos, tal como o UKIP no Reino Unido (26.8% dos votos) e a Frente Nacional, em França (24.9%)³.

Figura 2: Eleições Europeias, 2014



Fonte: The Economist⁴

Ainda este ano tivemos as eleições presidenciais em França onde, apesar da derrota na segunda volta, Marine Le Pen obteve 33,94% dos votos, sendo o melhor resultado alcançado pela extrema-direita nas eleições nacionais e as eleições na Holanda onde as projeções apontavam igualmente para a vitória de Geert Wilders. A resistência de vários países face à integração dos novos fluxos de refugiados que têm entrado na Europa através do Mediterrâneo ilustra igualmente o atual contexto europeu. Vale a pena reforçar que as quotas definidas em Setembro de 2015 pela UE para a recolocação, num período de dois anos, de um total de 106 mil requerentes de asilo que se encontravam em Itália ou na Grécia estão ainda muito longe de serem preenchidas. Em Março de 2017, apenas 12.8% desses requerentes foram recolocados em outros Estados-membros. Portugal, apesar de ter uma das mais baixas quotas de recolocação foi o terceiro país da UE28 que recebeu mais requerentes de asilo (1 112 requerentes de asilo) que estavam na Grécia ou em Itália.

³ <http://www.europarl.europa.eu/elections2014-results/en/election-results-2014.html>

⁴ <http://www.economist.com/news/europe/21603034-impact-rise-anti-establishment-parties-europe-and-abroad-euro-sceptic-union>

O crescimento dos discursos de ódio e de discriminação contra a população estrangeira residente na Europa é acompanhado de outro indicador preocupante – a forte vulnerabilidade à pobreza e à exclusão social por parte dos estrangeiros, nomeadamente dos estrangeiros provenientes de países terceiros. Como tal, a EAPN Portugal considerou essencial incluir no presente documento uma análise dos indicadores referentes a esta população e que continuarão a ser atualizados nas futuras edições.

ALGUNS INDICADORES INERENTES À POBREZA E À EXCLUSÃO SOCIAL NA EUROPA

Risco de Pobreza e exclusão social (Estratégia 2020)

Segundo os últimos dados do Eurostat⁵ em 2015, existiam na UE28 cerca de 118.823 milhões de pessoas em situação de pobreza ou de exclusão social (23.7% do total da população, representando uma diminuição de 0.7 pontos percentuais face a 2014). Tendo em conta que este é um indicador compósito⁶ estima-se que, em 2015, 17.3% das pessoas da UE28 viviam em risco de pobreza; 7.8 % em situação de privação material severa (em 2016) e 10.6% num agregado com muito baixa intensidade de trabalho.

No quadro seguinte é possível perceber a situação deste fenómeno na UE28 na Zona Euro (EA) e em Portugal (PT):

Quadro 1: Pobreza e Exclusão Social na UE28, UE27, EA18 e Portugal (% e Nº/milhões)

	Proporção do total da pop. %		Número de pessoas (milhões)	
	2014	2015	2014	2015
EU28	24.4	23.7	122 258	118 823
EA19	23.5	23.1	77 832	76 668
PT	27.5	26.6	2 863	2 765

Fonte: Eurostat (ilc_peps01)

Em termos de género, são as mulheres que se encontravam em maior risco de pobreza ou exclusão social (24.4%), por comparação aos homens (23.0%). Esta situação verificou-se igualmente em Portugal onde 27.3% das mulheres e 25.9% dos homens se encontravam em risco de pobreza e exclusão social⁷. Apenas na Espanha e na Polónia foi possível encontrar um risco de pobreza ou exclusão social maior junto da população masculina. Os dados do Eurostat também demonstram que a Finlândia era o único país da UE28 onde não existia, em 2015, uma diferença de género em termos de vulnerabilidade à

⁵ Consultar: <http://ec.europa.eu/eurostat> ; Codes: t2020_50; t2020_51; t2020_52; t2020_53 (dados atualizados a 15/05/2017)

⁶ Em 2010 a Comissão Europeia apresentou a sua nova estratégia para a Europa, a Estratégia Europa 2020 que se propunha promover um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo. Esta Estratégia assenta em 5 objetivos centrais, sendo um deles a luta contra a pobreza e a exclusão social, ou seja, propõe-se reduzir, pelo menos, em 20 milhões, e até 2020, o número de pessoas em risco ou em situação de pobreza ou de exclusão social. Como forma de medir este objetivo foi criado o indicador AROPE – At risk of poverty or social exclusion - definido como a percentagem de população em, pelo menos, uma das seguintes 3 condições: 1) risco de pobreza, isto é, abaixo do limiar de pobreza; 2) numa situação de privação material severa; 3) vivendo num agregado com uma muito baixa intensidade de trabalho.

⁷ Eurostat (ilc_peps01) dados atualizados a 15/05/2017

pobreza ou exclusão social. A Letónia, pelo contrário, era o país onde essa diferença era maior (5.5 pontos percentuais (p.p.)).

Em termos de grupos etários (e para ambos os sexos), verificou-se que era o grupo com idades compreendidas entre os 16 e os 24 anos (mais de 30%) que se encontrava em maior risco de pobreza e de exclusão social (UE28/UE27). As crianças, com idades até aos 16 anos, constituíam o segundo grupo significativamente vulnerável à pobreza e à exclusão social, com 26.6%.

No que diz respeito às pessoas mais idosas (55 e mais anos), a percentagem estimada situou-se nos 20.7% (UE28). Verifica-se também na tabela seguinte que, em Portugal todas as percentagens sofreram uma ligeira diminuição entre 2014 e 2015, com exceção para as pessoas com 55 ou mais anos (25.9%). No entanto, o risco de pobreza ou exclusão social continua a ser bastante significativo para os jovens com idades entre os 16 e 24 anos (31.8%).

Quadro 2: Pessoas em risco de pobreza ou exclusão social por sexo e grupo etário, 2014 e 2015 (%)

Ano referência	UE-28		EA19		PT	
	2014	2015	2014	2015	2014	2015
< 16	27.4	26.6	25.4	25.1	30.8	29.1
16-24	31.6	30.9	30.0	29.8	34.8	31.8
25-54	24.1	23.2	24.0	23.3	26.2	25.2
55 ou +	21	20.7	19.8	19.8	25.3	25.9
Homens	23.6	23.0	22.6	22.3	26.7	25.9
Mulheres	25.2	24.4	24.3	23.8	28.1	27.3

Fonte: Eurostat (ilc_peps01 / atualização 15/05/2017)

A composição do agregado familiar tem efeitos significativos em termos de rendimento disponível. No quadro seguinte é possível verificar a situação de vulnerabilidade segundo a composição do agregado familiar. Destaca-se, na UE28, a maior vulnerabilidade das famílias monoparentais (um adulto com crianças a cargo), das famílias unipessoais com menos de 65 anos e as famílias numerosas (dois adultos com três ou mais crianças a cargo). Verifica-se igualmente uma pequena diminuição da taxa de risco de pobreza nos diferentes tipos de agregados familiares entre 2014 e 2015 (UE28).

Quadro 3: Pessoas em risco de pobreza ou exclusão social por quintil de rendimento e tipo de agregado familiar (%)

	UE28		EA19		PT	
	2014	2015	2014	2015	2014	2015
Pessoas singulares	33.7	33	32.6	32	34.1	35.3
1 adulto com menos de 65 anos	39	38.1	38.4	37.4	38.3	37.6
1 adulto com 65 e + anos	26.3	26.0	23.9	23.9	31.1	33.6
1 adulto com crianças a cargo	48.4	47.9	45.1	45.5	51.7	46.2
2 adultos com 1 criança dependente	18.9	17.6	19.2	17.9	20.5	17.8
2 adultos com 3 ou mais crianças a cargo	32.2	31.6	27.6	27.9	41.3	39.2

Fonte: Eurostat (ilc_peps03 / atualização 15/05/2017)

➤ **Pobreza monetária⁸**

Em 2015, 17.3% da população da UE (UE28) encontrava-se em risco de pobreza, depois das transferências sociais, ou seja, encontrava-se abaixo dos 60% da mediana do rendimento por adulto equivalente. Entre 2014 e 2015 verificou-se um aumento de 0.1 pontos percentuais (pp), com 10 países da UE apresentando um agravamento do risco de pobreza. O país da UE com maior aumento da taxa de risco de pobreza foi a Lituânia com um aumento de 3.1 pp.

A Roménia apresentava a percentagem mais elevada (25.4%), logo seguida por países como a Letónia (22.5%), Lituânia (22.2%), Espanha (22.1%) e Bulgária (22%). Portugal registava uma taxa de 19.5%.

⁸ Eurostat Code: t2020_52

Quadro 4: Pessoas em risco de pobreza após transferências sociais (%) (2010, 2014 e 2015)

	UE28			EA19			PT		
	2010	2014	2015	2010	2014	2015	2010	2014	2015
Após transferências relativas a pensões	26	26.1	26	25.2	25.8	25.7	26.4	26.7	26.4
Após transferências sociais	16.5	17.2	17.3	16.3	17.1	17.2	17.9	19.5	19.5

Fonte: Eurostat (code: t2020_52; ilc_li10)

As transferências sociais têm um impacto considerável na redução da pobreza. Se apenas fossem consideradas as transferências relativas a pensões, a percentagem de pessoas em risco de pobreza era consideravelmente superior: UE28 (26) e PT (26.4%) (valores para 2015).

A proteção social é central para *proteger os cidadãos dos riscos associados com o desemprego, as responsabilidades parentais, cuidados de saúde e invalidez, perda de cônjuge ou parente, envelhecimento, habitação e exclusão social*. Segundo o Eurostat, em 2014, a despesa bruta com a proteção social representava 28.7%^p do PIB da UE28 e 29.7%^p do PIB da Zona Euro-18. Para Portugal e para o mesmo ano a percentagem foi de 27.6%^p, tendo ocorrido uma redução de 0.7 pp face a 2013.⁹¹⁰

Uma das despesas mais significativas ao nível dos sistemas de proteção social prende-se com as pensões. Em 2014, cerca de 12.9% do PIB da UE28 era gasto com pensões, sendo que 9.8% do PIB era utilizado em pensões de velhice. Estas despesas variam consideravelmente entre os países, sendo a Grécia o país da UE28 onde os custos com pensões eram mais elevados (17.1%^p do PIB), seguida da Itália (16.5%) e Portugal (15.6%). A Irlanda, pelo contrário, era o país onde os custos com pensões eram mais baixos em relação PIB (6.4%). Se tivermos em conta apenas as pensões de velhice, os países onde esse apoio social assumia um maior peso face ao PIB era a Grécia (13.3%^p), França (12.3%) e Itália (11.7%^p). Em Portugal, a despesa com as pensões de velhice equivaliam a 11.5% do PIB¹¹.

⁹ Eurostat Code: spr_exp_sum (dados atualizados a 19-04-2017)

¹⁰ p- dados provisórios

¹¹ Eurostat Code: spr_exp_pens (dados atualizados a 19-04-2017)

Segundo o Eurostat¹², em 2013, pouco mais de um quarto da população da UE28 (26.1%) recebeu pelo menos uma pensão. Em Portugal essa proporção era superior aproximando-se dos 30%. Mais de três quartos (76,7%) de beneficiários de pensões estavam a receber pensão de velhice.

➤ **Privação material severa¹³**

Eurostat estima que, em 2016, 7.8% da população da UE28 encontrava-se em condições de privação material severa, verificando-se um desagravamento da situação face ao ano anterior (menos 0.3 pp) e a 2014 (menos 1.1 pp). No conjunto de países, a privação material severa está acima dos 20% em países como a Bulgária (31.9%), Roménia (23.8%) e Grécia (22.2%^e); e abaixo dos 5% em países como Suécia (0.7%^e), Luxemburgo (2%^e), Finlândia (2.2%), Holanda (2.7%^p), Áustria (3%), Dinamarca (3.7%^e), Alemanha (3.9%^p), Malta (4.4%^p), França (4.4%^p), Estónia (4.8%) e República Checa (4.8%^p). Em Portugal a percentagem de pessoas em situação de privação material severa foi de 8.4%^p. Caso esse valor se confirme, terá ocorrido uma diminuição de 1.2 pp face ao período homólogo.

Quadro 5: Privação Material Severa (%)

Ano de referência	2008	2014	2015	2016
UE28	-	8.9	8.1	7.8 ^{ep}
EA19	5.9	7.4	6.9	6.8 ^{ep}
PT	9.7	10.6	9.6	8.4 ^p

Fonte: Eurostat. Code: t2020_53

e- estimativa p-provisório

No que diz respeito à privação material severa de acordo com o tipo de agregado, verifica-se que os agregados com crianças a cargo são mais afetados por esta situação do que os agregados sem filhos, como se pode ver no quadro seguinte. No entanto, sublinhe-se a elevada taxa de privação material das famílias unipessoais (10.6%^{ep} para UE28), nomeadamente das famílias com um adulto com menos de 65 anos (12.3%^{ep} para UE28).

¹² Eurostat Statistics Explained, *Social protection statistics – pension expenditure and pension beneficiaries*, July 2016

¹³ Eurostat, Code: t2020_53.

No que se refere à evolução face ao período homólogo, o Eurostat estima que tenha existido uma diminuição da privação material na maior parte dos agregados familiares, sendo que ao nível das famílias com um adulto com 65 anos ou mais é previsto um aumento de 0.4 pp. Em Portugal a privação material aumentou nas famílias compostas por dois adultos com uma criança dependente ou com três ou mais crianças dependentes (dados provisórios).¹⁴

Quadro 6: Taxa de privação material severa segundo o tipo de agregado, UE, 2016

	UE28			EA19			PT		
	2014	2015	2016	2014	2015	2016	2014	2015	2016
Agregados sem crianças a cargo	8	7.2	7.2^{ep}	6.8	6.4	6.4^{ep}	9.9	9.4	7.6^p
Pessoas singulares	11.9	10.7	10.6^{ep}	10.4	9.5	9.7^{ep}	15.5	13.3	11.6^p
1 adulto com menos de 65 anos	13.9	12.5	12.3^{ep}	12.5	11.6	11.3^{ep}	16.3	14.9	13.6^p
1 adulto com 65 e + anos	9.3	8.1	8.5^{ep}	7.3	6.4	7.4^{ep}	14.9	12.1	10.1^p
Agregados com crianças a cargo	9.7	9	8.3^{ep}	8	7.6	7.2^{ep}	11.3	9.8	9.1^p
1 adulto com crianças a cargo	19.2	17.1	16^{ep}	16.3	14	13.5^{ep}	17.9	18.5	16^p
2 adultos com 1 criança dependente	6.3	6.1	5.5^{ep}	5.3	5.5	4.9^{ep}	7	5.4	6.4^p
2 adultos com 3 ou mais crianças a cargo	11.5	10.5	10.1^{ep}	9	8.3	7.9^{ep}	22.6	16.2	17.3^p

Fonte: Eurostat. Code: ilc_mddd13

e- estimativa p-provisório

➤ **Baixa Intensidade do Trabalho¹⁵**

Na UE28, em 2015, 10.6% da população com idade entre os 0-59 vivia em agregados onde os adultos trabalhavam menos de 20% do seu potencial de trabalho total no ano anterior (baixa intensidade de trabalho). Esta proporção tinha aumentado gradualmente até 2014 (11.2%), mas desceu em 2015 para valores iguais aos registados em 2011 e 2012 (10.5%).

¹⁴ Eurostat. Code: ilc_mddd13 (dados atualizados a 15-05-2017)

¹⁵ Eurostat, Code: t2020_51

As maiores percentagens verificaram-se em países como a Irlanda (19.2%) Grécia (16.8%), Espanha (15.4%) e Bélgica (14.9%). Em Portugal essa percentagem foi de 10.9%, menos 1.3pp.

Quadro 7: Pessoas a viverem em agregados com muito baixa intensidade de trabalho (%)

Ano de referência	2008	2014	2015
EU28	-	11.2	10.6
EA19	9.3	11.8	11.2
PT	6.3	12.2	10.9

Fonte: Eurostat. Code: t2020_51

Emprego e Desemprego

Em 2016¹⁶, a taxa de emprego para a população com idades entre os 20 e os 64 anos, subiu na UE para 71%, uma evolução positiva de 1 pp face a 2015 e de 1.8 pp face a 2014. Mesmo assim, continua abaixo da meta estabelecida pela Estratégia Europa 2020 que prevê o aumento da taxa de emprego deste grupo populacional até, pelo menos, os 75%. No caso de Portugal, esta taxa teve um aumento de 1.5 pp, no período homólogo, e de 3 pp face a 2014.

Um dos aumentos mais significativos ao longo dos últimos anos prende-se com a taxa de emprego para a população com idades entre os 55 e os 64 anos. Se para a população entre os 20 e 64 anos a taxa de emprego aumentou apenas 1.2 pp entre 2007 e 2016, para a população entre os 55 e 64 anos este aumento foi de 10.8 pp.¹⁷ O Eurostat reforça a relevância deste indicador uma vez que um dos objetivos da Estratégia Europa 2020 prende-se com a maior participação dos trabalhadores idosos no mercado de trabalho¹⁸.

¹⁶ Eurostat_Code: lfsa_ergan (dados atualizados a 25-04-2017)

¹⁷ Eurostat_Code: lfsa_ergan (dados atualizados a 25-04-2017)

¹⁸ Eurostat, *Employment up by 0.4% in euro area and by 0.3% in EU28, Eurostat Newsrelease 171/2016, 13 september 2016.*

Quadro 8: Taxa de Emprego para a população com idades entre os 20 e os 64 anos e para a população com idades entre os 55 e os 64 anos (%) por género

		2014			2015			2016			Objetivos Europa 2020 (total)
		Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M	
20-64 anos	UE28	69.2	75.0	63.5	70	75.8	64.3	71	76.8	65.3	75.0
	PT	67.6	71.3	64.2	69.1	72.6	65.9	70.6	74.2	67.4	75.0
55-64 anos	UE28	51.8	58.8	45.2	53.3	60.1	46.9	55.3	62	48.9	
	PT	47.8	54.3	42.1	49.9	56.0	44.5	52.1	58.5	46.3	

Fonte: Eurostat. Code: lfsa_ergan

Do ponto de vista dos Estados Membros, a Grécia, a Croácia e a Itália foram os países que tiveram taxas de emprego para a população entre 20 e 64 anos mais baixas - 56.2%, 61.4% e 61.6%, respetivamente. Pelo contrário, os países com taxas mais elevadas foram a Suécia (81.2%), a Alemanha (78.7%) e o Reino Unido (77.6%). Em Portugal essa taxa registou 71%.

Existem diferenças significativas entre homens e mulheres. Em 2016, a taxa de emprego para a população masculina da UE28 com idade compreendida entre os 20 e os 64 anos foi de 76.8% e no caso das mulheres a taxa foi de 65.3%. Apesar do aumento face ao período homólogo não se verificou uma alteração na diferença entre a taxa de emprego masculina e a feminina (11.5 pp de diferença). Essa diferença é menor em países como Lituânia (1.9 pp), Letónia (2.9 pp) e Finlândia (3.3 pp) e maior em países como Malta (27.6 pp), Itália (20.1 pp) e Grécia (19 pp). Neste indicador, Portugal possui uma diferença inferior a média europeia (6.8 pp).

No entanto, é ao nível do trabalho em *part-time* que se verifica uma maior disparidade entre homens e mulheres. Se apenas 8.2% dos homens entre os 20 e os 64 anos (UE28) encontram-se a trabalhar em regime de *part-time*, esta percentagem passa para 31.4% quando nos referimos a população feminina, ou seja, a proporção da população feminina em regime *part-time* é quase quatro vezes superior da masculina. Na Holanda a diferença é ainda superior uma vez que a maior parte das mulheres trabalhavam em *part time* (74.8% da mulheres entre os 20 e os 64 anos e 22.1% dos homens). No caso português, existe também uma diferença de género significativa ainda que inferior à da média europeia. Tal como pode-se verificar no Quadro 9, existe igualmente uma maior exposição da população mais velha (55-64 anos) ao trabalho *part-time*, tanto ao nível da média europeia (UE28) como em Portugal.

Quadro 9: Pessoas empregadas em part-time

		2014			2015			2016		
		Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M
20-64 anos	UE28	19	8.2	31.7	19	8.2	31.5	18.9	8.2	31.4
	PT	9.9	7.5	12.4	9.6	6.9	12.3	9.2	6.6	11.9
55-64 anos	UE28	22.5	11.1	36.4	22.1	10.7	35.9	22.1	10.6	35.7
	PT	18.1	14.9	21.7	16.5	12.9	20.6	14.8	12.2	17.7

Fonte: Eurostat. Code: lfsi_pt_a

A UE28 assistiu a um aumento gradual do trabalho em *part-time* entre 2003 e 2013, altura em que esta taxa de emprego atingiu 19% da população entre os 20 aos 64 anos. A diminuição em 2016 foi pouco significativa (0.1 pp). Em Portugal, verificou-se uma diminuição gradual desta taxa desde 2012, altura em que esta percentagem atingia 11% da população entre os 20 e os 64 anos. No entanto, ao nível do trabalho com contratos temporários verifica-se uma evolução inversa, com um aumento gradual nos últimos anos. Se, em 2012, 10.7% dos trabalhadores tinham contratos temporários, em 2016, a utilização deste tipo de contrato abrangia 11.2% dos trabalhadores entre os 20 e os 64 anos (UE28). Em Portugal, 18.6% dos trabalhadores estavam empregados com contratos temporários, um aumento de 0.3 pp face ao período homólogo e de 2 pp comparativamente a 2012. Novamente verifica-se a existência de uma diferença de género com maior exposição das mulheres ao trabalho com contratos temporários tal como se pode ver no quadro 10.

Quadro 10: Pessoas empregadas com contratos temporários

		2014			2015			2016		
		Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M
20-64 anos	UE28	10.9	10.1	11.9	11.1	10.3	12.1	11.2	10.4	12.2
	PT	17.6	17	18.2	18.3	17.9	18.7	18.6	18	19.3
55-64 anos	UE28	5.1	4.7	5.5	5.1	4.8	5.4	5.3	5	5.7
	PT	7.3	7.3	7.2	7.9	8.3	7.4	7.4	7.5	7.4

Fonte: Eurostat. Code: lfsi_pt_a

No que diz respeito ao **desemprego**¹⁹, e para a zona euro (EA19), a taxa de desemprego em Março de 2017 foi de 9.5%. Esta percentagem manteve-se estável comparativamente a Fevereiro de 2017 e diminuiu relativamente a Março de 2016 (10.2%). Esta taxa é a mais baixa desde Abril de 2009.

Para a UE28 a taxa de desemprego foi de 8% em Março, tendo diminuído face a Fevereiro de 2017 (8.1%) e a Março de 2016 (8.7%). Esta taxa é a mais baixa desde Janeiro de 2009. Para Portugal a taxa de desemprego estava fixada em 9.8% em Março deste ano, tendo-se verificado uma diminuição de 2.2 pp face ao período homólogo. O país com maior taxa de desemprego foi a Grécia (23.5% em Janeiro), seguido de Espanha (18.2%). Pelo contrário, os países com menores taxas de desemprego foram a República Checa (3.2%) e a Alemanha (3.9%).

Quadro 11: Desemprego (ajustamento sazonal), totais

	Março 2016	Fevereiro 2017	Março 2017
EA19	10.2	9.5	9.5
EU28	8.7	8.1	8
PT	12	9.9	9.8

Fonte: Eurostat

O **desemprego jovem**²⁰ continua a ser bastante elevado apesar de se verificar uma evolução positiva deste indicador com uma diminuição do desemprego junto desta população. Segundo o Eurostat, em Março de 2017, 3 883 milhões de jovens com idade inferior a 25 anos estavam desempregados na UE28, dos quais 2.727 milhões estavam na zona euro. Em Março de 2017 a taxa de desemprego jovem foi de 17.2% (19.1% no período homólogo) para a UE28 e de 19.4% para a zona euro (EA19) (21.3% em Março de 2016). Para Portugal essa taxa foi de 23.3% em Março de 2017, menos 7.8 pp face ao período homólogo.

No que diz respeito ao **desemprego de longa duração**²¹, ou seja, das pessoas com idades entre os 15 e os 74 anos que estão desempregadas há 12 ou mais meses, verificou-se uma diminuição desta taxa desde 2013, altura em que o desemprego de longa duração atingia 5.1% para UE28 e 5.9% para EA19. Em 2016, o desemprego de longa duração atingiu 4% da população em idade ativa da UE28 e 5% da EA19. Em Portugal verificou-se também uma diminuição (6.2% em 2016, 7.2% em 2015 e 9.3 em 2013). No caso da situação de **pobreza das pessoas empregadas (in-work poverty)** verificou-se que esta taxa aumentou até 2014 e manteve-se estável no último ano, o que demonstra a vulnerabilidade das pessoas

¹⁹ Eurostat, *Euro Area unemployment at 9.5%*, Eurostat Newsrelease 75/2017, 2 May 2017.

²⁰ Eurostat, *Euro Area unemployment at 9.5%*, Eurostat Newsrelease 75/2017, 2 May 2017.

²¹ Fonte: Eurostat (code: tesem130). Atualizado a 10 de Maio de 2017

que mesmo estando a trabalhar não conseguem sair de uma situação de pobreza. Segundo o Eurostat²², a taxa de trabalhadores pobres foi estimada em 9.5% em 2015 para a UE28. Para a Zona Euro (EA19) a taxa foi de 9.4% também em 2015. Em Portugal essa taxa foi de 10.7% em 2014 e 10.9% em 2015. O país da União Europeia com maior taxa de trabalhadores pobres, em 2015, foi a Roménia (18.8%), seguido da Grécia (13.4%) e da Espanha (13.1%).

NEET

De acordo com os últimos dados da OCDE²³, entre 2008 e 2013 a percentagem de jovens NEET em Portugal chegou aos 19% e em 2015 chegou aos 15% (para a OCDE foi de 14%). Comparando entre aqueles NEET que estão à procura de trabalho (desempregados) e os que não estão à procura de trabalho (inativos), verifica-se que o aumento verificado foi consideravelmente impulsionado pelo desemprego juvenil.

Cerca de 70% dos jovens NEET vivem com os pais. O custo para o país dos NEET está estimado em mais de 1% do PIB nacional.

Segundo o mesmo relatório, o abandono escolar precoce ainda é um desafio central. Em 2014, mais do que um em três dos jovens tinham abandonado precocemente a escola (a terceira percentagem mais elevada no conjunto de países da OCDE). Em média, cerca de um em seis dos jovens com idades entre os 25 e os 34 anos não possuem uma qualificação de nível secundário. Portugal foi um dos países onde os jovens com baixa escolarização foram dos mais atingidos pela crise: a maioria das perdas em termos de emprego para os jovens com idades entre os 15 e os 29 anos aconteceram nos que detinham níveis de educação mais baixos.

Segundo o Eurostat²⁴ a taxa de jovens NEET para a UE28 foi em 2015 de 11.5%; para a Zona Euro (EA19) de 11.7% e para Portugal de 10.6%. Para a média europeia verifica-se uma diminuição desta taxa desde 2012, altura em que se registava 13.2% de jovens NEET para a UE28 e 13.1% para a EA19. Em Portugal, esta taxa diminuiu 3.5 pp face a 2013 (altura em que registou o valor mais elevado) e 0.7 pp face a 2015.

²² Fonte: Eurostat (Code: tesov110). Atualizado a 15 de Maio de 2017.

²³ OECD, *Society at a Glance 2016*, 2016

²⁴ Eurostat. Code tesem 150

A população da União Europeia tem vindo a aumentar, estando estimada em Janeiro de 2016 em 510.3 milhões de pessoas (508.5 milhões em janeiro de 2015).

A Alemanha continua a ser o Estado Membro mais populoso (16.1% do total da população da UE), logo seguido pela França (13.1%), o Reino Unido (12.8%), a Itália (11.9%), a Espanha (9.1%) e a Polónia (7.4%). A percentagem para Portugal era de 2.0% (10 341.3 pessoas, menos quando comparado com Janeiro de 2015 – 10 374.8).

Durante 2015, quase 5.1 milhões de crianças nasceram na União Europeia²⁵ e pouco mais de 5.2 milhões de pessoas morreram o que significa que, pela primeira vez, a UE registou uma variação negativa da sua população. A migração foi o único fator que contribuiu para um impulso mais positivo.

O índice sintético de fecundidade na UE²⁶ aumentou de 1.46 em 2001 para 1.58 (Prov) em 2015 (para acontecer a renovação de gerações o número médio de filhos por mulher deve ser de 2.1). Em termos de países, Portugal apresenta um índice de 1.31 (estimativa para 2015), sendo a menor taxa de fecundidade da UE28. No pólo oposto, a França lidera com um índice de 1.96 (2015)²⁷.

Quadro 12: índice sintético de fecundidade, total, 2001, 2014 e 2015

	2001	2014	2015	Varição 2015/2014	Varição 2015/2001
UE28 (previsão)	1.46	1.58	1.58	0	+0.12
PT (estimativa)	1.45	1.23	1.31	+0.08	-0.14

Fonte: Eurostat. Code: tsdde220

No que se refere ao índice de dependência dos idosos²⁸, verifica-se que em Janeiro de 2015 este foi de 28.8% para a UE28, ou seja, existia cerca de 4 pessoas em idade ativa para cada pessoa com 65 ou mais anos. A proporção variava entre os diferentes Estados membros, sendo o mais baixo na Eslováquia (19.7%) e Irlanda (20.0%) e o mais elevado na Alemanha (32.0%), Grécia (32.4%) e Itália (33.7%). Portugal registava um índice de 31.1%. Segundo o Eurostat, combinando os índices de dependência dos jovens e dos idosos, consegue-se obter o rácio de dependência total (calculado como

²⁵ Eurostat, *EU population up to slightly over 510 million at 1 January 2016*, Eurostat Newsrelease 134/2016, 8 July 2016.

²⁶ Pordata.

²⁷ Eurostat. Code tsdde220 (atualizado a 1 de Maio de 2017)

²⁸ Eurostat Statistics Explained, *Population structure and ageing*, June 2016

a proporção de pessoas dependentes, jovens e idosos, em comparação com a população considerada em idade ativa, ou seja dos 15 aos 64 anos) que em 2015 e para a UE28 foi de 52.6% (existia aproximadamente 2 pessoas em idade ativa para cada pessoa dependente). Para Portugal esse rácio foi de 53.0%.

No que diz respeito à esperança de vida aos 80 anos, verifica-se um aumento significativo em número de anos quando se compara 2015 e 2005. Segundo o Eurostat, em 2015, quase 27 milhões de pessoas com 80 ou mais anos viviam na UE. Mais 7 milhões do que em 2005. Uma em 20 pessoas que vivem na UE tem 80 ou mais anos. A esperança de vida aos 80 aumentou de 8.4 anos em 2004 para 9.5 anos em 2014. Em Portugal assistiu-se também a um aumento entre 8.2 em 2004 para 9.2 em 2014. Uma vez mais são as mulheres que revelam uma maior esperança de vida aos 80, sendo de 10.0 (2014) em Portugal (8.0 homens) e 10.2 na UE (8.5 homens).

Em termos globais são os Estados membros do sul da Europa que registam a maior proporção de pessoas idosas. Em 2015 as maiores proporções de pessoas com 80 ou mais anos foram registadas na Itália (6.5%) e Grécia (6.3%), logo seguidos pela Espanha (5.9%), França (5.8%) e Portugal (5.7%). As mais baixas foram registadas na Irlanda e Eslováquia (ambas com 3.1%), assim como no Chipre (3.2%).

Quadro 13: Os idosos na União Europeia e Portugal (%)

		UE	PT
% de idosos com 65 ou + anos no total da população (2015)		19.7	20
Esperança de Vida aos 65 (2015)	Mulheres	21.2	21.7
	Homens	17.9	18
Anos de vida saudável aos 65 anos (2015)	Mulheres	9.4	5.4
	Homens	9.4	7
% de idosos que vivem sós (2015)		32.1	24.2
Taxa de atividade de pessoas com 65 anos ou mais (2016)		5.7	11.1
% de idosos que viajam (2014)		48.1	30.0
% de pessoas entre os 65 e 74 anos que usam a internet pelo menos 1 vez por semana (2016)		10%	6%

Fonte: Eurostat; Codes: tps00028; hlth_hlye; ilc_lvps30; lfsa_argan; isoc_ci_ifp_fu

Em 2015, imigraram para um dos Estados-Membros da UE28 um total de 4.7 milhões de pessoas e pelo menos 2.8 milhões de pessoas saíram dos países Estados-membros para outros Estados-membros ou para países terceiros³¹. Entre os imigrantes contabilizados nos países da UE28, a maior parte são provenientes de países terceiros (2.4 milhões), sendo que o número de imigrantes com cidadania de outros Estados-Membros é igualmente significativo (1.4 milhões). Entre 2012 e 2015 verificou-se um aumento de 1.340 milhões de imigrantes nos Estados-membros. Em Portugal após um período de diminuição do número de imigrantes entre 2009 e 2012, verificou-se nos últimos anos um aumento gradual (mais 10 380 imigrantes em 2015 face ao período homólogo). No sentido oposto parece ser a evolução da emigração. Entre 2015 e 2016, no conjunto dos Estados-membros houve uma diminuição 10 505 pessoas. Em Portugal o número de pessoas que saíram do país diminuiu, sendo o valor mais baixo desde 2011 (44 mil pessoas em 2011, 52 mil em 2012 e 40 mil em 2015). Apesar dessa evolução favorável, o número de emigrantes continua a ser superior ao número de imigrantes em Portugal (estima-se que cerca de 30 mil imigrantes entraram no país em 2015). No total, 11 países da UE28 possuem mais emigrantes do que imigrantes³².

A proporção de estrangeiros a residir na UE28 foi de 4.1% da população total, em 2015. Os países da UE28 com maiores proporções de estrangeiros, em 2015, foram Luxemburgo (46.7% da população residente é estrangeira), Chipre (16.5%) e Estónia (15.1%).

➤ Taxa de Pobreza ou Exclusão Social

A análise da população estrangeira residente na UE28 é importante devido à elevada **taxa de pobreza ou exclusão social** a que esta população está exposta. Enquanto, em 2015, a taxa de pobreza ou exclusão social foi de 21.7% para a população nacional (população que nasceu no país de referência), esta taxa sobe para 25.2% para as pessoas que nasceram num outro Estado-membro e para 40.2% para os que nasceram em países terceiros. Se tivermos em conta a cidadania, a taxa de pobreza ou

²⁹ Eurostat Statistics Explained, *Migration and migrant population statistics*, March 2017

³⁰ Eurostat Statistics Explained, *Migration integration statistics - at risk of poverty and social exclusion*, February 2017

³¹ Estes dados não podem ser lidos enquanto fluxos migratórios de ou para a UE uma vez que inclui os fluxos internos entre Estados-membros.

³² Bulgária, Irlanda, Grécia, Espanha, Croácia, Chipre, Polónia, Portugal, Roménia, Letónia e Lituânia.

exclusão social é ainda maior junto da população estrangeira. Aproximadamente 48% dos cidadãos estrangeiros de países terceiros estão em risco de pobreza ou exclusão social e 30% dos estrangeiros com cidadania de países da UE28 estão nessa situação. No entanto, a taxa junto da população com nacionalidade do país de referência é de 22%.

Quadro 14: Taxa de pobreza ou exclusão social da população residente na UE28 (população com 18 anos ou mais)

			2014	2015
UE28	Cidadania	País de referência	22.7	22
		Outro país UE28	30.2	29.8
		País terceiro	49.1	48.1
	Local de nascimento	País de referência	22.5	21.7
		Outro país UE28	25	25.2
		País terceiro	39.9	40.2
PT	Cidadania	Portuguesa	26.2	25.7
		Outro país UE28	29.5	18.3
		País terceiro	50.8	51
	Local de nascimento	Portugal	26.1	25.4
		Outro país UE28	24.7	21.7
		País terceiro	36	37.5

Fonte: Eurostat. Code: ilc_peps05; ilc_peps06

Se analisarmos a situação vivenciada em Portugal a diferença na taxa de pobreza ou exclusão social entre cidadãos de países terceiros e cidadãos nacionais é ainda maior. Enquanto 25.7% dos cidadãos nacionais estão em risco de pobreza ou exclusão social, 51% dos cidadãos de países terceiros encontram-se nessa situação. Note-se, no entanto, que ao nível dos cidadãos de outros países da UE28 esta taxa sofreu uma forte diminuição (-11.2 pp), atingindo o valor mais baixo desde 2009 (24.2% em 2009 e 18.3% em 2015). Assim, em 2015, o grupo menos vulnerável à pobreza e exclusão social passou a ser os cidadãos de outros países da UE28 que se encontram a residir em Portugal.

Quando temos em conta o local de nascimento da população residente em Portugal, verificamos igualmente que a taxa de pobreza e exclusão social é também mais elevada junto dos que nasceram em

países terceiros (37.5%). Refira-se que este indicador engloba todos os que nasceram fora da UE28, independentemente de ter ou não adquirido a nacionalidade portuguesa.

➤ **Taxa de Risco de Pobreza**

Se tivermos em conta apenas a taxa de risco de pobreza verificamos igualmente uma maior vulnerabilidade da população estrangeira face a população nacional, em particular das pessoas que nasceram ou que possuem nacionalidade de um país terceiro. Enquanto na UE28 o risco de pobreza atinge 15.6% das pessoas com cidadania dos países de referência, estima-se que esta taxa seja cerca de 2.4 vezes superior para os estrangeiros com cidadania de países terceiros (estimativa de 37.2%). Em Portugal esta diferença é igualmente elevada (20.6 pp) uma vez que o risco de pobreza é de 18.1% para a população com cidadania portuguesa e de 38.7% para os cidadãos de países terceiros. Sublinhe-se ainda que esta taxa teve um forte aumento entre 2014 e 2015 para estrangeiros de países terceiros (7.8 pp) enquanto o aumento verificado nesse período para a população nacional foi apenas de 0.2 pp. Para os cidadãos de outros estados membros a residir em Portugal a taxa de risco de pobreza foi de apenas 11.5%, tendo existido uma diminuição de 13.1 pp face ao período homólogo.

Quadro 15: Taxa de pobreza da população residente na UE28 (população com 18 anos ou mais)

			2014	2015
UE28	Cidadania	País de referência	15.5	15.6
		Outro país UE28	24.3	23.5
		País terceiro	37.8e	37.2e
	Local de nascimento	País de referência	15.2	15.3
		Outro país UE28	20e	20.1e
		País terceiro	30.3e	30.7e
PT	Cidadania	Portuguesa	17.9	18.1
		Outro país UE28	24.6	11.5
		País terceiro	30.9	38.7
	Local de nascimento	Portugal	17.9	18.1
		Outro país UE28	19.3	15.3
		País terceiro	21.2	23.8

Fonte: Eurostat. Code: ilc_li32

A **pobreza infantil**³³ também é mais elevada junto da população estrangeira. Na UE28, estima-se que 37.4% das crianças filhas de estrangeiros (pelo menos um progenitor) estão em risco de pobreza, sendo que esta percentagem desce para 18.9% quando nos referimos aos filhos dos nacionais (ambos os progenitores). Em Portugal, 44% das crianças filhas de estrangeiros estão em risco de pobreza. Esta taxa desce para 23.5% para as crianças filhas de portugueses.

Em 2015, na UE28, a **taxa de trabalhadores pobres**³⁴ junto da população estrangeira foi de 19.8%, ou seja, quase um quinto dos trabalhadores estrangeiros encontravam-se em situação de risco de pobreza. Para os trabalhadores com cidadania dos países de referência da UE28 esta taxa foi de 8.7%. Em Portugal, a diferença na taxa de risco de pobreza entre os trabalhadores portugueses e os estrangeiros é de 11.7 pp (10.7% trabalhadores portugueses; 22.4% trabalhadores estrangeiros), sendo que esta diferença é ainda maior se tivermos em conta apenas os trabalhadores estrangeiros de países terceiros. A taxa de pobreza dos trabalhadores com cidadania de países terceiros foi, em 2015, de 27.2%.

➤ **Privação Material Severa**³⁵

A privação material dos cidadãos que não pertencem a UE28 entre os 20-64 anos, em 2015, foi significativamente maior (17.9%) do que a dos nacionais (7.9%). Portugal é o segundo país da UE28 com maior percentagem de estrangeiros de países terceiros que vivenciam privação material severa (29.8%), sendo a Grécia o país com maior proporção (52.4%). A privação material severa entre os cidadãos portugueses foi, em 2015, de 9%.

➤ **Baixa Intensidade de Trabalho**³⁶

Ao contrário dos indicadores anteriores, em Portugal existia em 2015 uma menor percentagem de estrangeiros a residirem em agregados com baixa intensidade de trabalho (9%) comparativamente aos cidadãos nacionais (11.6%). Esta percentagem é menor junto dos estrangeiros de países terceiros (8.8%). No entanto, para a média europeia a proporção de pessoas a residirem em agregados familiares com baixa intensidade de trabalho é maior para os estrangeiros (12.4%), nomeadamente os de países terceiros (14.9%), comparativamente aos cidadãos nacionais dos países da UE28 (11%).

³³ Eurostat code: ilc_li33

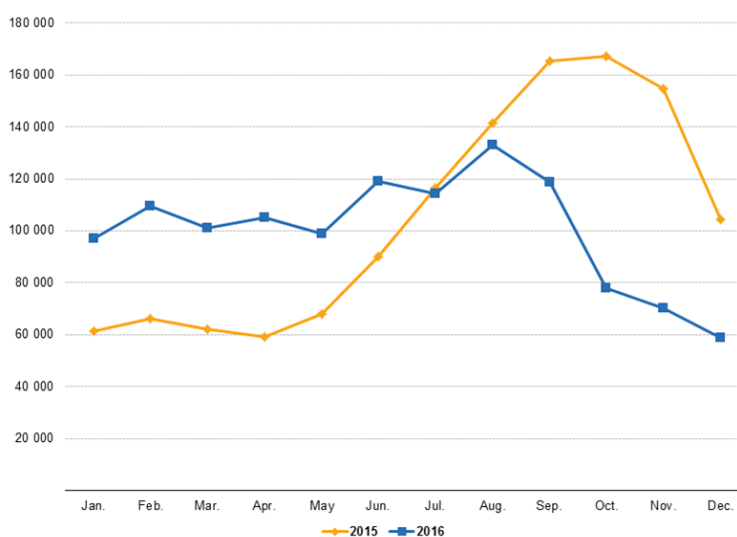
³⁴ Eurostat code ilc_iw15

³⁵ Eurostat code ilc_mddd15

³⁶ Eurostat code ilc_lvhl15

Segundo o Eurostat³⁷ durante o quarto trimestre de 2016, 207 000 requerentes de asilo solicitaram, pela primeira vez, proteção internacional nos Estados-membros da UE (menos 51% face ao período homólogo e menos 43% comparado com o terceiro trimestre de 2016). De facto, verificou-se uma diminuição significativa do número de requerentes de asilo a partir de Agosto de 2016. Esta diminuição dos requerentes de asilo estará relacionada com o acordo assinado com a Turquia através do qual passou a existir um maior controlo de alguns dos pontos de travessia do Mediterrâneo.

Figura 3: Requerentes de asilo na EU28 entre Janeiro 2015 e Dezembro 2016 (primeiro requerimento)



Fonte: Eurostat³⁸

As 3 principais nacionalidades destes requerentes de asilo foram: Sírios (34 800 pessoas), Afegãos (22 000) e Iraquianos (15 500). Portugal registou 200 requerentes de asilo no quarto trimestre de 2016 e 710 entre o quarto trimestre de 2015 e o quarto trimestre de 2016. Portugal encontra-se entre os países com proporções mais baixas de requerentes de asilo (Eslováquia – 7 requerentes por milhão de habitantes; Portugal – 20 requerentes; República Checa – 26 requerentes). Os cinco países com maiores números de requerentes de asilo no quarto trimestre de 2016 foram a Alemanha (37% do requerentes de asilo na UE28), Itália (18%), Grécia (10%), França (10%) e Reino Unido (4%). No total estes cinco países registaram 80% dos requerentes de asilo da UE28.

³⁷ Eurostat, *Number of first time asylum seekers slightly up to almost 306 000 in the second quarter of 2016*, Eurostat Newsrelease 181/2016, 22 september 2016.

³⁸ Eurostat Statistics Explained, *Asylum quarterly report*, March 2017

ALGUNS INDICADORES INERENTES À POBREZA E À EXCLUSÃO SOCIAL EM PORTUGAL

Sendo o fenómeno da Pobreza e da exclusão social multifacetado, torna-se necessário considerar uma pluralidade de indicadores que, devido ao seu carácter inter-relacional, influenciam, de forma direta ou indireta, o problema em análise. De forma a dar a conhecer, em traços gerais, a realidade do nosso país a esse nível, apresentamos de seguida os valores estatísticos, mais recentes, referentes aos indicadores inerentes à pobreza e à exclusão social em Portugal.

Taxa de Risco de Pobreza

O recente Destaque do INE³⁹ indica que **19.0% das pessoas estavam em risco de pobreza em 2015**, valor ligeiramente inferior ao ano anterior (19.5% em 2014).

De acordo com o INE, a taxa de risco de pobreza corresponde a 60% da mediana da distribuição do rendimento monetário disponível mediano por adulto equivalente, que foi, em 2015, de 5 269 euros (60% de 8 782€), ou seja, cerca de 439€/mês.

Quadro 16: Limiar de Risco de Pobreza (2005-2015) (INE)

Ano de referência do rendimento	2011	2012	2013	2014	2015
Limiar de risco de pobreza - anual (€)	4 994	4 906	4 937	5 061	5 269

Fonte: INE

Do ponto de vista dos grupos etários verificou-se um aumento da taxa de risco de pobreza para as pessoas idosas para 18.3% em 2015 (em 2014 foi de 17.0%). No caso das crianças verificou-se uma diminuição em 2.4 pontos percentuais, sendo em 2015 de 22.4% (em 2014 foi de 24.8%). No caso da população adulta com idades entre os 18 e os 64 anos a taxa foi de 18.2% em 2015, também ligeiramente inferior a 2014 que foi de 18.8%.

Em 2015, o risco de pobreza continuou a atingir com maior impacto as mulheres: 19.6% face a 18.2% para os homens. Desde 2003 os dados indicam uma tendência de maior vulnerabilidade à pobreza das mulheres. A este nível, 2012 foi um ano excecional com uma taxa de risco de pobreza ligeiramente superior junto dos homens, com 18.8% (para as mulheres foi de 18.7%).

³⁹ Destaque do INE, *Rendimento e Condições de Vida 2016*, 16 de maio de 2017

Quadro 17: Taxa de Risco de Pobreza segundo o sexo e o grupo etário, 2012-2015 (%)

Ano de referência do rendimento	2012	2013	2014	2015
Taxa de pessoas em risco de Pobreza	18.7	19.5	19.5	19.0
Taxa de pessoas em risco de Pobreza (Homens)	18.8	18.9	18.8	18.2
Taxa de pessoas em risco de Pobreza (Mulheres)	18.7	20.0	20.1	19.6
Taxa de pessoas em risco de Pobreza (< ou =17 anos)	24.4	25.6	24.8	22.4
Taxa de pessoas em risco de Pobreza (18 - 64 anos)	18.4	19.1	18.8	18.2
Taxa de pessoas em risco de Pobreza (65 ou +anos)	14.6	15.1	17.0	18.3

Fonte: INE, dados finais de maio de 2017

Do ponto de vista da composição do agregado familiar tem-se vindo a verificar que a taxa de risco de pobreza é mais elevada junto dos agregados familiares com crianças dependentes, comparativamente aos agregados sem crianças dependentes. Refira-se que o INE considera como crianças dependentes todos os indivíduos com menos de 18 anos, assim como as pessoas entre os 18 e os 24 anos economicamente dependentes. Em 2015, 21.0% dos agregados familiares com crianças dependentes estavam em risco de pobreza (ligeiramente inferior a 2014 – 22.2%), enquanto esta taxa era de 16.8% para agregados sem crianças dependentes (ligeiramente superior a 2014 – 16.6%).

Dentro dos agregados familiares com crianças dependentes continuam a ser as famílias monoparentais (um adulto com pelo menos uma criança) e as famílias numerosas (dois adultos com três ou mais crianças) as que apresentam taxas mais elevadas de risco de pobreza em 2015 (31.6% e 42.7% respetivamente). É importante referir que enquanto nas famílias monoparentais (1 adulto com pelo menos uma criança) registou-se um pico do risco de pobreza em 2013 (38.4%). No caso dos agregados com dois adultos e com três ou mais crianças, esse pico verifica-se agora, em 2015, depois de ter descido ligeiramente entre 2013 e 2014.

Refira-se ainda que tem-se vindo a verificar um aumento gradual da taxa de risco de pobreza nos agregados com 1 adulto sem crianças (de 21.9% em 2012 passou para 26.3% em 2015) e no caso dos agregados formados por um adulto com 65 ou mais anos e sem crianças, o aumento foi também significativo entre 2012 (21.6%) e 2015 (28.1%).

Quadro 18: Taxa de Risco de Pobreza segundo composição do agregado familiar (EU-SILC 2013-2016)
(%)

Ano de referência do rendimento	2012	2013	2014	2015
Total sem crianças dependentes	15.0	15.8	16.6	16.8
1 Adulto sem crianças	21.9	23.1	25.4	26.3
1 adulto com menos de 65 anos, sem crianças	22.3	23.8	23.7	23.9
1 adulto com 65 + anos, sem crianças	21.6	22.5	26.8	28.1
2 Adultos ambos c/ menos de 65 anos, sem crianças	17.0	17.4	16.8	16.0
2 Adultos, pelo menos 1 c/ 65 + anos, sem crianças	13.4	13.1	14.3	16.4
Outros agregados, sem crianças	12.0	13.1	13.7	12.8
Total, com crianças dependentes	22.2	23.0	22.2	21.0
1 Adulto c/ pelo menos 1 criança	33.1	38.4	34.6	31.6
2 Adultos com 1 criança	16.0	15.4	13.7	15.0
2 Adultos com 2 crianças	19.9	18.0	20.4	17.0
2 Adultos com 3 + crianças	40.4	38.4	37.7	42.7
Outros agregados, com crianças	23.8	28.8	26.1	24.9

Fonte: INE, dados finais de maio de 2017

Em 2015, em Portugal, 10.9% dos trabalhadores encontravam-se em situação de vulnerabilidade à pobreza, não havendo alterações quando comparado com 2014. É importante sublinhar que, em 2015, 42% dos desempregados e 31.2% dos “outros inativos” estavam em risco de pobreza. Relativamente a população reformada, tem-se vindo a assistir a um aumento do risco de pobreza entre 2012 e 2015, passando de 12.8% para 16.0%, respetivamente.

Quadro 19: Taxa de Risco de Pobreza segundo a condição perante o trabalho (%)

Ano de referência	2012	2013	2014	2015
Total com emprego	10.5	10.7	10.9	10.9
Total sem emprego	23.8	24.7	25.2	25.4
Desempregado	40.3	40.5	42.0	42.0
Reformado	12.8	12.9	14.4	16.0
Outros inativos	29.6	32.4	31.9	31.2

Fonte: INE, dados finais de maio de 2017

➤ Linha de Pobreza ancorada no Tempo

Em 2013, o INE procedeu pela primeira vez ao cálculo da linha de pobreza ancorada no tempo (2009), tendo por base a variação do índice de preços no consumidor. De facto, a taxa de risco de pobreza tem como base um conceito de pobreza relativa onde o cálculo do limiar de pobreza é influenciado pelas variações do rendimento médio da população. Com este indicador, procura-se conhecer a taxa de pobreza da população no momento da recolha de novos dados tendo em conta o limiar de pobreza de determinado ano (2009). Assim, o limiar de pobreza em 2015, tendo por base este indicador, é de 5 651€, mais 382€ do que o limiar calculado com base no rendimento médio efetivo da população em 2015 (5 269€).

Tendo por base a linha de pobreza ancorada no tempo, a taxa de risco pobreza em Portugal, em 2015, seria de 21.8%, descendo 2.3 pp relativamente ao ano anterior (24.1% em 2014).

Também tendo por base este indicador, continuam a ser as crianças que apresentam maior vulnerabilidade (24.5% em 2015). Face ao ano anterior verifica-se um decréscimo de 3.8 pp (em 2014 foi 28.3%). Refira-se ainda que o aumento desta taxa tem sido gradual desde 2009 quando 22.4% das crianças estavam em situação de pobreza, tendo atingido um pico em 2013 de 31.1%. Entre 2014 e 2015 esta taxa reduziu em todos os grupos etários, mas de forma mais ligeira para a população com 65 ou mais anos (apenas 1pp).

Quadro 20: Linha de pobreza ancorada em 2009 e taxa de risco de pobreza (%), Portugal 2009-2015

Ano de referência	un.	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015 (po)
Linha de Pobreza a preços de 2009	€	5 207	5 280	5 473	5 624	5 639	5 624	5 651
Taxa de risco de Pobreza (total)	%	17.9	19.6	21.3	24.7	25.9	24.1	21.8
0 - 17 anos	%	22.4	23.9	26.1	30.9	31.1	28.3	24.5
18-64 anos	%	15.7	17.7	20.3	23.7	24.6	23.1	20.7
65 + anos	%	21.0	21.6	19.8	22.4	25.5	24.0	23.0

Fonte: EU-SILC. Inquérito às Condições de Vida / Po – Valor Provisório

Intensidade da Pobreza

A Taxa de Intensidade da Pobreza mede a diferença entre o valor do limiar de pobreza e o rendimento monetário mediano dos indivíduos em risco de pobreza. Quando se verifica o aumento da Taxa de Intensidade da Pobreza isso significa um agravamento da falta de recursos dos indivíduos em risco de pobreza.

Os resultados do INE indicam para 2015 a taxa de intensidade de pobreza foi de 26.7%, tendo revelado uma descida relativamente a 2014 (29.0%). Esta taxa foi mais elevada para os homens (27.1%) do que para as mulheres (26.5%) e foi mais significativa para o grupo de pessoas com idades entre os 18 e 64 anos (29.3%), logo seguido do grupo das crianças (28.7%) e por fim das pessoas com 65 ou mais anos (18.0%).

Quadro 21: Taxa de Intensidade da Pobreza, segundo sexo (EU-SILC 2013-2015) (%)

Ano de referência dos dados	2012	2013	2014	2015
Total	27.4	30.3	29.0	26.7
Homens	28.4	31.2	30.1	27.1
Mulheres	27.0	29.3	28.7	26.5

Fonte: INE, atualização em maio de 2017

Desigualdade na distribuição do rendimento⁴⁰

Segundo dados do INE (Rendimento e Condições de Vida), em 2015, 20% da população com maior rendimento recebia aproximadamente 5.9 vezes o rendimento dos 20% da população com o rendimento mais baixo. Esta desigualdade é ainda maior quando verificamos que 10% da população mais rica aufer 10.1 vezes o rendimento dos 10% da população mais pobre. Em ambos verifica-se uma descida por comparação a 2014, 6.0 no rácio S80/S20 e 10.6 no rácio S90/S10 respetivamente.

Nos últimos anos tínhamos vindo a assistir a um aumento das desigualdades. Efetivamente, quer o indicador S80/S20, quer o S90/S10 apontam para um aumento gradual e constante das desigualdades desde 2009, verificando-se agora uma descida em 2015. O mesmo acontece no caso do coeficiente de Gini.

⁴⁰ Última atualização dos dados em Maio de 2017

Quadro 22: Indicadores de Desigualdade do Rendimento (2003 - 2015)

Ano de referência de dados	Un.	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Coefficiente de <i>Gin</i> ^{A1}	%	33.7	34.2	34.5	34.2	34.5	34.0	33.9
Desigualdade na distribuição de rendimentos (S80/S20)	nº	5.6	5.7	5.8	6.0	6.2	6.0	5.9
Desigualdade na distribuição de rendimentos (S90/S10)	nº	9.2	9.4	10.0	10.7	11.1	10.6	10.1

Fonte: INE, atualização em maio de 2017

Impacto das Transferências Sociais sobre a Taxa de Risco de Pobreza

Quadro 23: Taxa de risco de pobreza (%) considerando as transferências sociais Portugal EU-SILC 2012-2015 (%)

Ano de referência dos dados	2012	2013	2014	2015
Taxa de risco de pobreza antes de qualquer transferência social	46.9	47.8	47.5	46.1
Taxa de risco de pobreza após transferências relativas a pensões	25.5	26.7	26.4	25.0
Taxa de risco de pobreza após transferência sociais	18.7	19.5	19.5	19.0

Fonte: INE, atualização em maio de 2017

Risco de Pobreza e Exclusão Social

No âmbito da Estratégia 2020 definiu-se um novo indicador relativo à população em risco de pobreza ou exclusão social que procura integrar os conceitos de risco de pobreza relativa (indivíduos com rendimentos anuais por adulto equivalente inferiores ao limiar de pobreza, ou seja, a **taxa de risco de pobreza**), de **situação de privação material severa** e o conceito de **intensidade laboral *per capita* muito reduzida**⁴². Refira-se ainda que este indicador combina informações relativas ao ano em que o inquérito foi aplicado (taxa de privação material severa) com informações relativas ao ano de referência dos rendimentos (taxa de risco de pobreza e intensidade laboral *per capita*), ou seja, ao ano anterior à aplicação do inquérito.

⁴¹ A desigualdade de um país é tanto maior, quanto mais próximo dos 100% for o coeficiente de Gini.

⁴² Consideram-se em **intensidade laboral muito reduzida** todos os indivíduos com menos de 60 anos que, no período de referência do rendimento, viviam em agregados familiares em que os adultos entre os 18 e os 59 anos (excluindo os estudantes) trabalharam em média menos de 20% do tempo de trabalho possível.

➤ **Taxa de Risco de Pobreza ou exclusão social**

Os dados do Destaque do INE de maio de 2017 indicam que, em 2016, 25.1% da população residente em Portugal encontrava-se em risco de pobreza ou exclusão social (2 595 milhões de pessoas). Uma percentagem ligeiramente inferior a 2015 (26.6%).

Quadro 24: População em Risco de Pobreza ou Exclusão Social (EU-SILC 2013-2016) (%)

Ano do inquérito	2013	2014	2015	2016
População em risco de pobreza ou exclusão social	27.5	27.5	26.6	25.1

Fonte: INE, atualização em maio de 2017

➤ **Privação Material e Privação Material Severa**

A privação material baseia-se na ausência de pelo menos 3 dos 9 itens identificados como representativos das necessidades económicas e materiais dos agregados familiares. A privação material severa, por outro lado corresponde a ausência de pelo menos 4 dos 9 itens.

Em Portugal, em 2016, 19.5% da população encontrava-se em situação de privação material e 8.4% em situação de privação material severa. No que diz respeito à intensidade da privação material (*número médio de itens em falta para esta população em privação material*), esta foi em 2016 de 3.6.

Quadro 25: Indicadores de privação material Portugal (EU-SILC 2013-2016)

Ano de referência	un.	2013	2014	2015	2016
Taxa de privação material	%	25.5	25.7	21.6	19.5
Taxa de privação material severa	%	10.9	10.6	9.6	8.4
Intensidade da privação material	nº	3.6	3.6	3.7	3.6

Fonte: INE, atualização em maio de 2017

Quadro 26: Itens de privação material na população total, Portugal, EU-SILC 2015 e 2016 (%)

Ano de referência	2015	2016
Sem capacidade para pagar uma semana de férias por ano fora de casa	51.3	47.2
Sem capacidade para assegurar o pagamento imediato de uma despesa sem recorrer a empréstimo	40.7	38.3
Sem capacidade para manter a casa adequadamente aquecida	23.8	22.5
Com atraso em pagamentos de rendas, encargos ou despesas correntes	10.1	9.3
Sem disponibilidade de automóvel	8.3	6.9
Sem capacidade para ter uma refeição de carne, peixe (ou equivalente vegetariano) pelo menos de 2 em 2 dias	3.5	3.4
Sem disponibilidade de máquina de lavar roupa	1.2	1.1
Sem disponibilidade de telefone	0.9	0.7
Sem disponibilidade de televisão a cores	0.3	0.3

Fonte: EU- SILC: Inquérito às Condições de Vida e Rendimento 2015-2016; Atualização em maio de 2017

Excetuando o último item todos os outros apresentam uma ligeira descida face ao ano anterior.

➤ **Intensidade Laboral**

O terceiro indicador que compõe o conceito de risco de pobreza ou de exclusão social é o de **intensidade laboral *per capita* muito reduzida**. O cálculo deste indicador tem em conta as pessoas com menos de 60 anos a residir em agregados familiares onde os adultos (entre 18 e 59 anos), que não são estudantes, trabalharam, em média, menos de 20% do tempo de trabalho possível. Os dados do INE indicam que, em 2013, 12.2% das pessoas com menos de 60 anos encontravam-se em agregados familiares com uma intensidade laboral *per capita* muito reduzida. Este valor permanece idêntico em 2014. Os dados para 2016 revelam uma descida para 9.1%.

Quadro 27: Intensidade laboral *per capita* muito reduzida (EU-SILC 2013-2016) (%)

Ano de referência	2013	2014	2015	2016
Intensidade laboral <i>per capita</i> muito reduzida	12.2	12.2	10.9	9.1

Fonte: INE, atualização em maio de 2017

Emprego/ desemprego (1º trimestre de 2017)

A Taxa de emprego (%) da população residente com idade entre 15 e mais anos foi no 1º trimestre de 2017 de 52.6%. Esta percentagem subiu ligeiramente ao trimestre anterior (52.4%) e de forma mais significativa relativamente ao trimestre homólogo (50.9%, 2016). No conjunto da população empregada, 88.2% eram pessoas empregadas a tempo completo e 11.8% a tempo parcial.

No primeiro trimestre deste ano, o número de pessoas desempregadas também reduziu face ao trimestre anterior de 543.2 para 523.9 (menos 19.3 mil pessoas). A taxa de desemprego situou-se nos 10.1% (era de 10.5% no último trimestre de 2016 e de 12.4% no 1º trimestre de 2016). A diferença entre homens e mulheres acentuou-se face ao trimestre anterior, mas continuam a ser as mulheres a registarem uma taxa de desemprego mais elevada (10.5%) por comparação aos homens (9.8%).

Quadro 28 - Taxa de emprego e desemprego total e por género (%)

	1º T de 2016	1º T de 2017
Taxa de emprego	50.9	52.6
Homens	55.6	57.8
Mulheres	46.8	48.1
Taxa de desemprego	12.4	10.1
Homens	12.4	9.8
Mulheres	12.4	10.5

Fonte: INE; Inquérito ao Emprego – 1º trimestre de 2017

No que diz respeito ao **desemprego jovem** verificou-se também uma descida no 1º trimestre de 2017 (25.1%) por comparação ao trimestre homólogo (31.0%). O mesmo no caso do **desemprego de longa duração**, 6.0% no 1º T de 2017 e 7.4% no 1º T de 2016. Segundo o INE, a proporção de desempregados à procura de emprego há 12 e mais meses foi de 58.9% no 1º T de 2017.

NEET

Segundo o INE no 1º trimestre de 2017 existiam 265.5 mil jovens com idades entre os 15 e os 34 anos que não estavam empregados, nem a estudar, nem em formação (11.8%). Esta percentagem foi ligeiramente inferior face ao trimestre anterior (13%) e face ao trimestre homólogo (13.9%). Este grupo era composto maioritariamente por mulheres (52.1%, 138.4 mil), pessoas com idades entre os 25 e os

34 anos (62.6%, 166.2 mil), com o 3º ciclo do ensino básico (45.0%, 119.6 mil) e desempregados (59.1%, 156.8 mil).

Quadro 29 – Jovens com idade dos 15 aos 34 anos não empregados, que não estão em educação ou formação

	1º T de 2016	4º T de 2016	1º T de 2017
Total de Jovens NEET	13.9	13.0	11.8
Homens	13.2	12.8	11.3
Mulheres	14.6	13.2	12.3
Dos 15 aos 19 anos	3.8	4.4	3.8
Dos 20 aos 24 anos	18.4	17.4	14.6
Dos 25 aos 34 anos	16.5	15.2	14.3
Até ao ensino básico – 3º ciclo	14.7	15.2	13.2
Secundário e pós-secundário	13.8	12.4	12.0
Superior	12.4	10.4	8.8

Fonte: INE; Inquérito ao Emprego – 1º trimestre de 2017

➤ **Retribuição Mínima Mensal Garantida**

Tendo em conta apenas Portugal continental, a proporção de trabalhadores por conta de outrem (TCO) a tempo completo que em abril de 2016 auferiam a retribuição mínima mensal garantida é de 25.3%. Esta proporção tem vindo a aumentar desde 2009, altura em que 8.1% dos TCO recebiam o salário mínimo nacional. Sublinhe-se ainda a diferença verificada entre homens e mulheres. Em abril de 2016, 19.7% dos homens empregados a tempo inteiro recebiam esta remuneração e 32.0% das mulheres auferiam o salário mínimo. Foi também junto das mulheres TCO que se verificou um maior aumento desta proporção. De qualquer das formas a grande diferença verifica-se entre o ano 2014 e o ano 2015.

Quadro 30: Proporção de TCO a tempo completo que recebem a Retribuição Mínima Mensal Garantida, por sexo

Continente	Abril					
	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Homens	8.1	8.3	9.2	8.1	16.9	19.7
Mulheres	14.7	15.3	15.1	19.3	26.9	32.0
Total	10.9	11.3	11.7	13.2	21.4	25.3

Fonte: INE

Foi atualizado o valor da retribuição mínima mensal garantida (RMMG) a 1 de Janeiro de 2017 para 557€ (Decreto Lei nº 86-B/2016 de 29 de Dezembro).

Segundo o INE⁴³, em 2016, os trabalhadores por conta de outrem (3 787.2 mil pessoas) representavam 82.2% da população empregada. Em termos de contrato, 22.3% (844.0 mil) tinham um contrato não permanente, com termo ou de outro tipo (prestação de serviços). Em 2015, e no conjunto dos países da União Europeia, Portugal ocupava o 3º lugar, depois da Espanha e da Polónia, em termos da proporção de trabalhadores por conta de outrem com contrato não permanente (22.0%). A média da União Europeia era de 14.1%).

No que diz respeito às mulheres, em 2016, 86.1% das mulheres empregadas trabalhavam a tempo completo e 13.9% trabalhavam a tempo parcial. Em termos salariais, em 2014, o diferencial salarial (*gender pay gap* não ajustado) das mulheres face aos homens era de 14.4% para os trabalhadores por conta de outrem a tempo completo⁴⁴.

Prestações Sociais

O novo executivo que tomou posse ainda no ano de 2015 introduziu alterações nos cortes que tinham sido registados anteriormente em relação a algumas prestações sociais. Nos quadros seguintes são apresentadas as evoluções nos números de beneficiários de algumas dessas prestações (Rendimento Social de Inserção; Complemento Solidário para Idosos e Desemprego).

➤ Rendimento social de Inserção: Famílias e Beneficiários (nº)

Em Portugal, em **abril de 2017**, existiam 96 034 famílias e 214 220 beneficiários com processamento de rendimento social de inserção (RSI). Do conjunto de beneficiários, 108 863 eram mulheres e 105 357 eram homens; 68 904 eram crianças com menos de 18 anos e 54 400 adultos com mais de 50 anos. Estes dois grupos etários correspondem a mais de 50% (123 304) do total de beneficiários. Em termos de valores verifica-se um aumento neste último ano (2016): 110.90€ por beneficiário (era 94.23€ em 2015); 252.21€ por família (era 213.89€ em 2015).

⁴³ Destaque do INE, *Dia do Trabalhador – 1 de Maio*, 28 de Abril de 2017

⁴⁴ Destaque do INE, *Dia do Trabalhador – 1 de Maio*, 28 de Abril de 2017, p.7

Quadro 31: Famílias e Beneficiários com processamento de Rendimento Social de Inserção (anual)

	2012	2013	2014	2015	2016
Famílias	160 358	148 107	139 557	134 161	132 696
Beneficiários	420 429	360 175	320 601	295 615	287 407

Fonte: Segurança Social

Situação da base de dados a 1 de Fevereiro de 2017

➤ **Complemento Solidário para Idosos: Beneficiários (nº)**

Relativamente ao CSI, em **abril de 2017**, existiam 165 075 beneficiários do CSI, sendo 115 801 do sexo feminino e 49 274 do sexo masculino.

Quadro 32 - Beneficiários do CSI (anual)

	Anual				
	2012	2013	2014	2015	2016
Beneficiários	244 912	237 885	212 617	176 777	173 056

Fonte: Segurança Social

Situação da base de dados de Fevereiro de 2017

➤ **Prestações de Desemprego: Beneficiários por tipo de subsídio e mês de processamento (nº)**

No que diz respeito às prestações de desemprego é possível ver na tabela seguinte uma descida no número de beneficiários das principais medidas, mas uma ligeira subida no que se refere ao prolongamento do subsídio social de desemprego. Nesta tabela é já possível ter uma referência do número de beneficiários da Medida Extraordinária de Apoio aos Desempregados de Longa Duração. Esta Medida foi implementada em 2016 (Lei nº 7-A/2016 de 30 de março) e “consiste na atribuição de uma prestação mensal de valor igual a 80% do montante do último subsídio social de desemprego recebido, durante um período de 180 dias contados a partir da data de apresentação do requerimento”⁴⁵.

⁴⁵ Para mais informações consultar: <http://www.seg-social.pt>

Quadro 33 – Beneficiários das prestações de desemprego (anual) e referente a Abril de 2017

	2012	2013	2014	2015	2016	Abril 2017
Subsídio de Desemprego	543 615	562 998	495 043	441 354	383 558	166 532
Subsídio Social Desemprego Inicial	62 230	47 826	37 329	33 936	30 774	10 555
Subsídio Social Desemprego Subsequente	77 905	100 617	106 415	99 167	83 661	32 496
Prolongamento Subsídio Social Desemprego	87	88	93	82	101	38
Medida Extraordinária de Apoio aos Desempregados de Longa Duração	-	-	-	-	3 757	3 265
Total	683 837	711 529	638 880	574 539	501 851	212 886

Fonte: Segurança Social; situação da base de dados em 1 de fevereiro de 2017

E ainda possível verificar que para Abril de 2017 existiam 212 886 beneficiários das prestações de desemprego. Um número inferior ao verificado em Abril de 2016 (243 321). É importante referir que a Medida Extraordinária começa a ser contabilizada do ponto de vista estatístico apenas em Julho de 2016.

No que diz respeito aos valores médios das referidas prestações, o valor médio mensal do subsídio processado por beneficiário para **Abril de 2017 foi de 449.19€**. Este valor contempla todas as prestações indicadas. Do ponto de vista de cada uma das prestações é possível ver no quadro seguinte a sua evolução nos últimos anos:

Quadro 34 – Valores médios mensais do subsídio processados por beneficiário, por tipo de subsídio (anual / €)

	2012	2013	2014	2015	2016
Subsídio de Desemprego	565.48	534.83	509.06	501.83	507.38
Subsídio Social Desemprego Inicial	415.69	379.40	382.39	398.83	399.08
Subsídio Social Desemprego Subsequente	419.67	407.33	397.08	398.81	386.37
Prolongamento Subsídio Social Desemprego	373.07	374.90	387.22	361.31	407.72
Medida Extraordinária de Apoio aos Desempregados de Longa Duração	-	-	-	-	391.44
Total	541.35	513.34	489.96	482.60	483.93

Fonte: Segurança Social; situação da base de dados em 1 de fevereiro de 2017

Sobre-endividamento⁴⁶

Um outro indicador que merece também algum destaque prende-se com as situações de sobre-endividamento que têm afetado muitas famílias portuguesas. A seguir são apresentados os últimos dados disponibilizados pelo Gabinete de Apoio ao Sobre endividado da DECO no seu Boletim Estatístico do primeiro trimestre de 2017.

Quadro 35: Processos e pedidos de informação de Sobre-endividamento e causa do sobre-endividamento (desemprego %)

	2012	2013	2014	2015	2016	1º T 2017
Nº de Processos	5 407	4 034	2 768	2 712	2 715	623
Nº de Pedidos de apoio	23 183	29 214	29 006	29 056	29 530	7 350
% causa desemprego	40%	35%	31%	31%	27%	22%

Fonte: GAS DECO

É ainda possível verificar que no caso específico do peso do desemprego como causa para o sobre-endividamento este tem vindo a diminuir depois de uma subida significativa em 2012 (40%), só semelhante em 2008 (40%).

Das famílias que pedem ajuda 30% têm o ensino secundário e 23%, o 3º ciclo; 40% têm idades entre os 40 e os 54 anos e 25% idades entre os 25 e os 35 anos. Tendo em conta a situação profissional, 21% encontrava-se desempregado e 35% eram trabalhadores por conta de outrem no sector privado. O rendimento médio do agregado familiar era de 1 070€ e o valor médio de prestações mensais de crédito era de 740€ (uma taxa de esforço médio de 69%). A média do número de créditos em processo do GAS foi 5. O crédito à Habitação continua a liderar em termos de montante médio de crédito (82 972€), logo seguido do crédito pessoal (14 460€), do crédito automóvel (11 450€) e do cartão de crédito (6 350€).

As principais causas para o sobre-endividamento continuam a ser lideradas pelo desemprego (22%), logo seguido dos cortes salariais (11%) e da doença (10%).

⁴⁶ GAS DECO, *Boletim Estatístico*, 1º trimestre de 2017. Disponível em: <http://gasdeco.intradeco.pt/activeapp/wp-content/uploads/2017/05/Boletim-Estatisto-1%C2%BA-trimestre-Ano-2017.pdf>

FONTES:

Bibliografia

- Eurostat Statistics Explained, *Migration and migrant population statistics*, March 2017
- Eurostat Statistics Explained, *Migration integration statistics - at risk of poverty and social exclusion*, February 2017
- Eurostat Statistics Explained, *People in the EU – population projections*, June 2015
- Eurostat Statistics Explained, *Population structure and ageing*, June 2016
- Eurostat Statistics Explained, *Social protection statistics – pension expenditure and pension beneficiaries*, July 2016
- Eurostat, *Employment up by 0.4% in euro area and by 0.3% in EU28*, Eurostat Newsrelease 171/2016, 13 september 2016
- Eurostat, *EU population up to slightly over 510 million at 1 January 2016*, Eurostat Newsrelease 134/2016, 8 July 2016
- Eurostat, *Euro Area unemployment at 9.5%*, Eurostat Newsrelease 75/2017, 2 May 2017
- Eurostat, *Number of first time asylum seekers slightly up to almost 306 000 in the second quarter of 2016*, Eurostat Newsrelease 181/2016, 22 september 2016
- GAS DECO, *Boletim Estatístico*, 1º trimestre de 2017
- INE, *Destaque - Dia do Trabalhador – 1 de Maio*, 28 de Abril de 2017
- INE, *Destaque – Estatísticas do Emprego. 1º trimestre de 2017*, 10 de maio de 2017
- INE, *Destaque - Rendimento e Condições de Vida 2016*, 16 de maio de 2017
- OECD, *Society at a Glance 2016*, 2016

Webgrafia

- <http://www.seg-social.pt>
- <http://www.ine.pt>
- <http://gasdeco.net>
- <http://ec.europa.eu/eurostat>
- <http://www.europarl.europa.eu/elections2014-results/en/election-results-2014.html>
- <http://www.economist.com/news/europe/21603034-impact-rise-anti-establishment-parties-europe-and-abroad-eurosceptic-union>